

Política

—PRESSÃO—

Ontem, o órgão porta-voz do Exército esclareceu: se o parlamentarismo passar, será tolerado, mas quatro anos de mandato para trazer perturbação da lei e da ordem...

Mandato de quatro anos pode provocar intervenção

Mesmo sendo favorável ao presidencialismo com cinco anos de mandato para o presidente Sarney, o ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, está até aceitando o parlamentarismo, caso ele seja aprovado na Constituinte.

Mas quatro anos não: eleições neste ano de 1988 estão sendo consideradas fatalmente ligadas, por antecipação, à perturbação da lei e da ordem. E assim sendo, ao Exército e às Forças Armadas não restará outro caminho que o da interferência nos assuntos nacionais não militares, para manter a lei e a ordem segundo a Constituição em vigor, disse o general Carlos Olavo Guimarães, do Centro de Comunicação Social do Exército e porta-voz do ministro do Exército.

Presidencialismo e cinco anos: essa é em definitivo a posição do ministro do Exército sobre os dois pontos que serão votados hoje na Constituinte e que nos últimos dois dias foi alvo de entrevistas de deputados e desmentidos do palácio do governo", afirmou o general Guimarães a respeito da "alardeada" mudança de posição do ministro, que será recebido hoje pelo presidente Sarney. Isso se prende ao fato de que a preocupação maior do ministro é mesmo com relação ao mandato.

Tolerância

Entretanto, dentro desse raciocínio futurista não se incluem preocupações com a perturbação da ordem, caso seja aprovado o parlamentarismo. Isso explica a reação de maior tolerância do ministro do Exército com relação a esse item da pauta da Assembleia Constituinte, explicaram os assessores do ministro.

O que mudará, segundo se atestou, é apenas a relação do ministério com relação à aprovação de um ou outro ponto. Ou seja, para o ministro Leonidas Pires Gonçalves e seus assessores, se aprovados os quatro anos, haverá perturbação da lei e da ordem e o Exército fatalmente será chamado a restabelecê-la "como sempre faz, sem que isso implique golpe", como adiantaram os mesmos informantes.

Ontem, nos gabinetes militares, a situação era de aparente tranquilidade. O ministro do EMFA, o interino da Aeronáutica e o titular da Marinha não teriam recebido nenhum político, enquanto o do Exército só recebeu o senador Irapuan Costa Júnior, do PMDB de Goiás. Mais tarde, Irapuan disse que seu voto — presidencialismo e cinco anos — agradou a Leonidas.

Coincidência

A audiência de Sarney com o general Leonidas, hoje, coincidindo com o dia de votação do sistema de governo foi considerada "uma coincidência" no Planalto. "É uma reunião de rotina, mas não se descarta a possibilidade de que ambos falem de política", revelaram fontes do palácio. Por recomendação do presidente, o Gabinete Civil reduziu os compromissos da agenda de Sarney durante todo o dia de hoje, que prevê apenas dois compromissos formais além do encontro com o general Leonidas.

No Congresso, o coordenador da bancada do PMDB mineiro, deputado Gil Cesar, contou ontem a parlamentares e jornalistas ter ouvido o ministro do Exército a mesma opinião que havia manifestado ao deputado José Geraldo: apesar de presidencialista não se opunha a um eventual acordo que garantisse os cinco anos para José Sarney. O deputado disse que conversou com o general no fim de semana, no clube que ambos frequentam.



Leonidas: advertência.



Prisco: advertência.

Prisco e Magalhães, jogando tudo.

As secretárias e telefonistas foram quem mais trabalharam ontem nos gabinetes dos ministros Prisco Viana e Antônio Carlos Magalhães, dois dos principais articuladores do governo em favor do presidencialismo e dos cinco anos de mandato. Eles cancelaram a agenda normal e audiências para dedicar o dia todo às negociações finais contra os parlamentaristas, recebendo dezenas de deputados e senadores até quase meia-noite.

"Como ministro das Comunicações é evidente que minha melhor arma é o telefone", comentou irônico Antônio Carlos Magalhães, entre um contato e outro com constituintes, governadores e até prefeitos da Bahia descontentes com a administração do governador Waldir Feres, que o ministro tentava convencer na última hora a pressionar os deputados de suas regiões em favor do presidencialismo.

Antônio Carlos Magalhães só saiu do gabinete para ir ao Palácio do Planalto participar da solenidade do início das comemorações do centenário da abolição da escravidão. Lá, o ministro aproveitou para dar um quadro otimista da situação ao presidente José Sarney. Ele alçou no ministério com o filho, deputado Luiz Eduardo Magalhães e outros assessores, revendo a

estratégia de pressão final sobre os constituintes.

Para Antônio Carlos a aprovação do presidencialismo "é tranquila", negando que estivesse fazendo grandes articulações de última hora, mas dizendo que apenas checava o cuidadoso trabalho já feito anteriormente.

Prisco confiante

O ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, também passou o dia ao telefone, deixando o ministério apenas para almoçar no gabinete do ministro da Saúde, Borges da Silveira, com o deputado Expedido Machado e outros do centro democrático, além de ir ao Planalto para a cerimônia do centenário da abolição da escravidão.

"Claro que usei muito o telefone, afinal política é diálogo, é o convencimento das pessoas", disse Prisco, que recebeu ainda vários deputados em seu gabinete, além do senador Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria, que ouviu do ministro palavras de incentivo ao apoio dos empresários ao presidencialismo.

Prisco Viana negou pressões militares,

mas advertiu que se a Constituinte não tiver uma solução coerente com a realidade brasileira, "que tem tradição de um século de presidencialismo e é o que o povo quer, então vamos enfrentar certamente grandes dificuldades".

O ministro afirmou que o esforço inicial do governo será todo pela aprovação da emenda do senador Humberto Lucena, "o que não impede que ela possa ser modificada depois". Nas suas conversas de ontem Prisco Viana sempre repetiu que um parlamentarismo híbrido, sem eleição para voto distrital, "não dará regime nem bancadas estáveis, é uma receita certa de crise futura".

Abreu: sem pedidos.

Nos últimos dez dias o ministro do Planejamento recebeu cerca de 40 parlamentares, especialmente do PMDB e do PFL. Ontem João Batista de Abreu recebeu os deputados Jorge Viana e Miraldo Gomes, do PMDB da Bahia, e Orlando Pacheco, do PFL de Santa Catarina. Seus assessores, contudo, garantem que João Batista de Abreu não fez nenhum pedido especial aos três sobre a votação de hoje, assim como nada pediu aos parlamentares com quem conversou nos últimos dias.

O retorno à "política econômica do PMDB", de populismo inflacionista na área interna e de confronto com os credores na área externa, pondo por terra toda a estratégia "feição com arroz" montada pela equipe econômica do ministro Mailson da Nóbrega é o principal temor detectado entre os tecnocratas ante a possibilidade da derrubada do regime presidencialista na votação decisiva de hoje da Assembleia Nacional Constituinte.

O raciocínio desenvolvido pelos técnicos leva em consideração que a aprovação do "parlamentarismo já" pressupõe a organização de um Gabinete conduzido pela maioria peemedebista, tendo como primeiro-ministro o deputado Ulysses Guimarães. Esse Gabinete teria de submeter ao Congresso, no prazo de dez dias após sua formal designação, seu programa de governo.

Há na equipe econômica do governo o temor de que um vazão de poder possa pa-

ralisar ou retardar ações administrativas essenciais cuja eficácia está diretamente relacionada com a rapidez de sua execução. Alguns técnicos chamam a atenção para o art. 104 da emenda parlamentarista do deputado Egidio Ferreira Lima, a qual pode ser submetida à votação hoje, na hipótese de rejeição da emenda presidencialista do senador Humberto Lucena.

Estabelece o art. 104 que "o governo cessa com o início da legislatura, a moção de censura ou a não aprovação de voto de confiança e pela demissão, morte, renúncia ou impedimento do primeiro-ministro". E o parágrafo único estatui que "o governo cessante continua em função até a posse do novo governo, limitando-se à prática dos atos estritamente necessários para assegurar a gestão dos negócios públicos".

Trocando em miúdos — dizem os técnicos — isso significa que, na hipótese do governo cessante, e a mais frequente será a

decorrente da queda dos Gabinetes, os ministérios da área econômica ficarão virtualmente acéfalos até a designação de outro Gabinete. Nos países onde o parlamentarismo já é tradição, essa acefalia necessária e inevitável não constitui problema porque há uma infra-estrutura técnica que é permanente, conhece a máquina burocrática e está em condições de tocá-la pelo tempo que for necessário.

Reformulação

A aprovação do parlamentarismo como sistema de governo, se for decidida pela Assembleia Nacional Constituinte, vai provocar uma completa reformulação de toda a equipe econômica do governo e da política hoje em vigor. Foi esta constatação, segundo se analisa no Palácio do Planalto, que provocou um recuo dos bancos privados estrangeiros nas negociações da dívida externa brasileira. Segundo se entende no Palácio, os bancos não vão negociar com o

Brasil enquanto o quadro político do País não estiver completamente definido.

A primeira grande mudança na área econômica, uma vez aprovado o parlamentarismo, viria já no curto prazo, tão logo fosse adotada a nova forma de governo, pois os mais prováveis primeiros-ministros, vindos do PMDB, dificilmente aceitariam entregar o comando da política econômica a dois técnicos de escola ortodoxa como Mailson Ferreira da Nóbrega e João Batista de Abreu. Estes ministros certamente cederiam imediatamente seus lugares a economistas politicamente mais comprometidos com o PMDB, tais como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Luiz Gonzaga de Mello Beluzay, João Manuel Cardoso de Mello, João Sayad, Edmar Bacha, Carlos Lessa e outros. A volta de Dilsun Funaro a lugar de destaque no governo não seria difícil — segundo se avalia no Palácio do Planalto.

alvo mudança inesperada, começa hoje a batalha pelo sistema de governo. Parlamentaristas e presidencialistas continuam apregoando vitória.

Estes sustentam dispor de 300 votos. Aqueles anunciam contar com número mais do que suficiente para aprovar a sua proposta. Quem perder será tentado a vingar-se. De quem? Do presidente José Sarney, como? Voltando nos quatro anos de mandato. Apesar de haver uma tendência pelos cinco anos, nem isso é garantido. No tocante ao sistema de governo, pode ser que os dois lados percam na primeira votação, isto é, nem a emenda presidencialista do senador Humberto Lucena nem a emenda parlamentarista do deputado Egidio Ferreira Lima consigam os 280 votos necessários. Nesse caso, teremos dois dias, no mínimo, de negociações suplementares, ainda que diante do mesmo impasse de sempre: não dá para chegar a um meio termo entre parlamentarismo e presidencialismo. O que sair será uma ou outra coisa. Assim, as negociações se resumirão a tentativas de alijamento. Fica difícil saber que sistema, afinal, irá prevalecer.

Os parlamentaristas, na falta de outros argumentos, permanecem acentuando deter a chave para a estabilidade institucional. Exemplificam com o Império. Seria bom, no entanto, que atentassem para a História. No Império houve de tudo. O parlamentarismo não impediu, em 1824, a Confederação do Equador, em Pernambuco, nem a guerra civil, no Pará, a revolução dos Periquitos, na Bahia, e a Revolta em Minas Gerais. Não evitou, em 1831, a Noite das Garrafadas, no Rio, e a abdicação de D. Pedro I. Estabilidade, onde?

Ficou igual durante a Regência e o Segundo Reinado, não obstante a existência do

poder moderador, verdadeiro ato institucional digno de nossos (?) mais empedernidos generais-presidentes. No mesmo 1831, a Setembrada, em Pernambuco. No ano seguinte a Abrilada e a Guerra dos Cabanos. Em 1835 a Revolução dos Farrapos, em 1839 a Revolução Catarinense e, em 1848, a Praieira. Teria o parlamentarismo, ao menos, preservado o País de conflagrações externas? Nem pensar. Em 1850, a guerra contra Rosas, na Argentina. Em 1863, a intervenção no Uruguai e em 1865 o início da Guerra do Paraguai.

Só isso? Não. A questão religiosa rasgou o Brasil de alto a baixo, em 1872. Onze anos depois, foi a questão militar. E em 1889 não houve parlamentarismo capaz de dar jeito na Quartelada, que foi a proclamação da República. A "estabilidade institucional" não poupou sequer D. Pedro II. Fica difícil, assim, assistir aos parlamentaristas alinharem as convulsões, rebeliões e revoluções da República como se tivessem acontecido na razão direta do presidencialismo republicano.

Poderes em choque

Mas tem mais, quando se sai da História para a análise do projeto que pretendem implantar à socapa, sem consulta ao povo, como se fosse possível mudar a natureza das coisas. Tome-se a eleição direta de presidente da República, que não tiveram coragem de extinguir na emenda parlamentarista, apesar de contrariar a essência e a ortodoxia do sistema. O sucessor de Sarney, tanto faz se eleito este ano ou no outro, emergirá das urnas após veemente e até virulenta campanha. O vitorioso precisará exprimir anseios, queixas, reclamações e revolta de toda espécie, mais do que os concorrentes. Terá prometido mundos e fundos, apresentado planos e

programas de recuperação nacional e até ameaçado os corruptos com cadeia. Precisarão dispor de um mínimo de 40 milhões de votos, para eleger-se. Talvez mais, se mantido o sufrágio facultativo para menores entre 16 e 18 anos. Para quê? Para nada. Ao receber a faixa presidencial, deverá reconhecer-se impotente, mero chefe de Estado com uns poucos poderes adicionais. Terá ajudado a burlar o eleitorado, a menos que inicie logo a conflagração, sabotando o novo sistema e lutando para implodir-lo.

O governo caberá a um primeiro-ministro selecionado pelas forças político-partidárias, muito provavelmente sem escapar aos cochavos, às promessas e barganhas. Com o agravante de que saiu do atual Congresso, eleito em 1986, numa situação inteiramente diversa da atual ou daquela que estiver se verificando daqui a um ano ou dois. O sentimento popular é outro, mas serão os escolhidos no passado a pautar o futuro.

Fica pior quando se analisam as prerrogativas do presidente da República e do primeiro-ministro. Este se encarrega da política

econômica, aquele nomeia os presidentes e diretores do Banco Central. Um, o primeiro-ministro, tem a iniciativa exclusiva da apresentação de projetos de lei, outro, o presidente da República, isoladamente, deve sancionar ou vetar as novas leis. O chefe de Estado nomeia os comandantes de tropa, o chefe de Governo indica o ministro do Exército e demais ministros militares. Estando em choque, um, recém-saído das urnas com 40 milhões de votos, outro, detentor de eventual maioria parlamentar, como ficarão as instituições senão em frangalhos?

Mas tem muito mais. Estabelecido o sistema parlamentarista no plano federal, ninguém evitará que as Assembleias Legislativas, ou o próprio Congresso, venham a adotar nos planos estadual e municipal. Um primeiro-secretário governando São Paulo, produto de cambalachos feitos na Assembleia? Ou um primeiro-vereador, no Rio, decidindo em nome dos inquilinos da "gaiola de ouro", alguns até patrocinados pelo jogo do bicho, o lenocínio e o tráfico de drogas?

Sem estrutura

Parlamentarismo exige partidos fortes, estruturados, e, legal ou eticamente, submetidos à fidelidade partidária. Só que isso não existe, aqui, devendo custar muito para existir. Também não existe o voto distrital, há pouco repudiado na Assembleia Nacional Constituinte, mas inerente ao sistema que se falar em aprovar.

Há outros argumentos. Por acaso consultaram o povo, exceção a uma dessas canhestras prévias feitas por encomenda? Esqueceram-se do plebiscito de janeiro de 1963, onde, apesar de fartas doses de corrupção, ficou demonstrado de forma inequívoca que o País prefere o presidencialismo? Esqueceram-se dos

Os ministros militares, mais próximos das questões políticas.

Os ministros militares participam mais, hoje, do debate das questões políticas institucionais, do que no governo do general Ernesto Geisel. A instabilidade política que começou a se acentuar no segundo semestre de 86, quando o PMDB já não garantia um apoio expressivo ao governo, influenciou manifestações das Forças Armadas.

A intensificação da instabilidade em 87 coincidiu com um estreitamento maior do relacionamento dos ministros da área militar com o presidente Sarney, que o cultuou, pois já no final de 86 havia destacado o apoio das instituições militares à transição política. Ao se manifestarem sobre questões que consideram institucionais e não partidárias, como o mandato do presidente da República, que para eles envolve a estabilidade institucional, e o sistema de governo, pelo mesmo motivo, os ministros militares não aceitam a interpretação de que estariam "exercendo uma tutela".

Ao falar no *Jornal da Tarde* no último fim de semana, um ministro militar destacou que pelo cargo político que exerce, tem até o dever e não só o direito de se manifestar sobre questões de caráter institucional. Não, segundo ele, que os ministros militares pretendam ocupar um espaço que seria dos políticos, mas sim porque têm responsabilidades na garantia da estabilidade do País.

Os pronunciamentos militares, que passaram a ser feitos com mais frequência, continuarão. Já estão previstos outros para este mês e para abril. A ordem do dia dos 24 anos do Movimento de 64 será conjunta, assinada pelos três ministros militares. A mensagem será, entretanto, elaborada pelo Exército.

Já no governo Geisel, os ministros militares sofreram restrições do próprio presidente em algumas ocasiões. Geisel preferia que os ministros evitassem os pronunciamentos políticos e especialmente as entrevistas. Em pelo menos duas vezes ele, durante audiências, disse para ministros militares: "Não falem com a imprensa e falem pouco, evitem as entrevistas políticas".

Os ministros militares também evitaram manifestações que poderiam criar maiores turbulências políticas, como na ocasião das críticas feitas pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, à Junta Militar de 1969.

Os ministros militares intensificaram o relacionamento com o Legislativo, com a reestruturação das assessorias parlamentares. Um oficial-general que participou de reuniões com Tancredino Neves disse que a transição política brasileira foi feita com o respaldo das Forças Armadas, quando ainda havia ameaças graves à redemocratização do País, e lembrou o depoimento dado do *Jornal da Tarde* pelo general Otávio Costa quando ele confirmou que a transição correu riscos graves em 84.

Hélio Contreiras

Os temores dos tecnocratas da área econômica

Novo plano

Se a opção for pelo presidencialismo, os ministros João Batista de Abreu e Mailson da Nóbrega já têm orientação do presidente para elaborarem, sem perda de tempo, um novo plano econômico. Este plano será sucinto, contendo metas de acompanhamento trimestrais em torno de grandes itens, tais como déficit público, superávit da balança comercial, evolução dos meios de pagamento e da base monetária etc.

A elaboração deste plano — segundo se informa no Palácio atenderá a um pedido do Comitê dos Bancos Credores estrangeiros, neste sentido, e a uma recomendação do secretário do Tesouro norte-americano, James Baker III. O novo documento contendo a estratégia econômica do governo será bem diferente do Plano Sayad, que nunca saiu da gaveta, e do Plano do Anibal (o Plano de Ação Governamental — PAG), considerado absolutamente impraticável.

Uma batalha. Depois, uma vingança?

Carlos Chagas

fatores culturais, que levam o brasileiro a exigir um responsável maior por tudo, para vaiair ou aplaudir? Ou não se lembram da evidente característica de nossos militares, calcada na autoridade e na hierarquia, voltada para um comandante maior?

Não ficam aqui as coisas. Há o exemplo de um parlamentarismo até mais aperfeiçoado do que o atual, imposto pelo Congresso em 1961, na calada da noite, para resolver uma crise. Nada funcionou e o processo deu onde deu, ou seja, em 1964. No regime militar, ao tumulto e à desagregação seguiu-se a ditadura, por 21 anos. Amanhã, como ontem, a sucessão de crises, substituições de Gabinete e conflitos, além da clara inviabilidade administrativa, desembocarão na escolha do mesmo primeiro-ministro de sempre: um Urutu.

Quando isso acontecer os parlamentaristas de agora, especialmente aqueles de última hora, farão o que sempre fizeram. Chamaram os liberais para pôr o pescoço de fora por eles. Para arriscar-se e resistir contra o arbítrio.

Dias atrás, referindo-se ao fato de o presidente José Sarney estar adulando os militares por conta da possibilidade da redução de seu mandato, saiu-se o deputado Ulysses Guimarães com frase de efeito: "Esse filme, já vimos". O problema está em que o outro filme, parlamentarista, também já vimos. É pena que muita gente tenha ficado de olhos fechados na sessão de cinema dos anos 60.

Ontem, na capital federal, o clima era tenso. Vire-se aqueles instantes muito conhecidos pelos estudantes que se encaminham para os exames vestibulares. Estudam no ônibus ou durante o café da manhã não adianta mais. Será enfrentar as provas, com a caneta na mão.